



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

25/01/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. OFICIAIS DE JUSTIÇA.....	1
1.2. PARCERIAS.....	2
1.3. SERVIDORES.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CARTÓRIOS.....	4 - 5
2.2. DESEMBARGADORES.....	6 - 7
2.3. VARA DE EXECUÇÕES PENAS.....	8
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. CARTÓRIOS.....	9 - 10
3.2. INSTITUCIONAL.....	11
3.3. OFICIAIS DE JUSTIÇA.....	12
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CARTÓRIOS.....	13
4.2. DESEMBARGADORES.....	14 - 15
4.3. JULGAMENTOS.....	16 - 19
4.4. PARCERIAS.....	20
4.5. PRESIDENTE.....	21 - 22
4.6. VARAS ESPECIAIS.....	23 - 24
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	25
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER.....	26
6.2. DESEMBARGADORES.....	27 - 29
6.3. JULGAMENTOS.....	30 - 34
6.4. VARAS ESPECIAIS.....	35 - 36
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CARTÓRIOS.....	37
7.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	38 - 41
7.3. DESEMBARGADORES.....	42
7.4. INSTITUCIONAL.....	43
7.5. JULGAMENTOS.....	44
7.6. OFICIAIS DE JUSTIÇA.....	45
7.7. PARCERIAS.....	46
7.8. PRESIDENTE.....	47

Oficiais de justiça elegem novo chefe da Central de Mandados de São Luís

Na manhã de ontem, os oficiais de justiça do Fórum Desembargador Sarney Costa reuniram-se no auditório do anexo, no Calhau, para eleger o novo chefe da Central de Mandados e debater algumas questões referentes ao atual sistema de trabalho.

Em clima democrático, os oficiais discutiram e elegeram algumas propostas de alteração do Provimento nº 18/2011, elaborado pela Corregedoria Geral da Justiça, que disciplina o funcionamento da Central de Mandados de São Luís, reativada em setembro do ano passado, e as atribuições dos servidores nela lotados.

Alteração de critérios de produtividade, mudança de alguns itens do sistema Themis PG, padronização de mandados por área, junção dos distritos Calhau e São Francisco, criação de mais dois distritos de trabalho (Sessão do Júri e Cohama) - totalizando 15 áreas, foram os principais assuntos debatidos durante o encontro. Todas as propostas serão encaminhadas, em breve,

ao corregedor-geral da justiça, des. Cleones Carvalho Cunha, para avaliação.

No final da reunião e, mediante autorização do juiz diretor do Fórum, Sebastião Joaquim Lima Bonfim, os oficiais de justiça presentes elegeram o novo chefe da Central de Mandados, que deverá assumir o cargo até o fim do mês de fevereiro. O atual chefe, o analista judiciário Peterson Azevedo de Abreu, decidiu deixar o cargo por motivos pessoais.

O oficial de justiça eleito, Daniel Mendes de Moraes Silva, feliz com o resultado das eleições, diz que está disposto a encarar esta importante missão. "Percebo que há muito a ser feito pela Central de Mandados, mas com a colaboração de todos, creio que faremos um bom trabalho em prol de uma Justiça mais célere para a sociedade", declarou o oficial eleito. Daniel Mendes, oficial de justiça há quase 10 anos, também já ocupou o cargo de diretor de patrimônio do Sindjus-MA.

Guerreiro Júnior e defensor público-geral discutem parceria institucional

A parceria institucional entre a Defensoria Pública e o Poder Judiciário do Maranhão e os projetos de investimento na estruturação da Justiça na capital e no interior foram discutidos pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, com o defensor público-geral do Estado, Aldy Mello Araújo, ontem.

Em visita de cortesia, o chefe da Defensoria Pública do Estado (DPE) agradeceu o empenho do desembargador na relatoria dos processos junto ao pleno do Tribunal que resultaram na garantia da autonomia administrativa da DPE, em 2008, e entregou o Relatório de Atividades da DPE de 2011, com o resumo dos atendimentos e projetos desenvolvidos ao longo do ano pela instituição, que conta com 77 defensores no Estado.

"A autonomia administrativa conquistada pela Defensoria teve vários desdobramentos na melhoria da estrutura dos nossos serviços, no planejamento das atividades, na

Fotos/Reprodução



► O investimento na estruturação da Justiça foi um dos assuntos discutidos

interiorização das ações e na implantação de novos núcleos de atendimento ao público. Todo esse avanço foi possível a partir dessa autonomia e o desembargador Guerreiro Júnior foi o pai da criança", disse o defensor.

Dentre outros assuntos, Mello tratou com o presidente sobre a conclusão da reforma das instalações da antiga sede do Fórum de São Luís, onde

a Defensoria possui uma sala cedida pelo Judiciário, e um espaço no Fórum da comarca de Caxias, para a instalação dos serviços do órgão naquela comarca - a quinta mais populosa do Estado.

O presidente Guerreiro Júnior garantiu ao defensor geral que não apenas nesses fóruns, mas em todos os outros a Defensoria, assim como a OAB, terão salas para desenvolver

suas atividades. Disse que as obras iniciadas durante a gestão passada estão com andamento regular, e, quanto ao fórum da capital, solicitou ao Tribunal de Contas do Estado parecer técnico sobre a possibilidade de aditivo ao contrato de engenharia para a finalização da obra de construção. Falou ainda que abriu licitação de reforma e manutenção para melhoria das unidades já existentes. "A Justiça não pode parar", declarou o presidente.

PPP - Ao final da visita, o presidente do TJMA informou que irá a Brasília na próxima semana, onde buscará apoio junto aos membros do Conselho Nacional de Justiça e do Senado Federal para o projeto de construção das novas sedes dos fóruns de São Luís e Imperatriz - prioridades de sua gestão. Na oportunidade, ele defenderá também a necessidade de adoção da Parceria Público Privada (PPP) para o financiamento dessas obras.

A visita do defensor geral foi acompanhada pelo decano do TJMA, desembargador Antonio Bayma Araújo.

Saúde dos servidores do Judiciário é avaliada

A saúde dos servidores do Poder Judiciário está sendo avaliada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Os exames ocupacionais e as perícias aos locais de trabalho estão sendo feitos pelo TJMA desde 2010, para identificação de possíveis casos de insalubridade e periculosidade no ambiente de trabalho. Neste ano, cerca de 500 servidores farão a avaliação.

A continuidade do programa foi aprovada pelo presidente do Tribunal, desembargador Guerreiro Júnior, como forma de prevenir não só doenças relativas ao trabalho, mas aquelas que possam interferir na qualidade de vida e na produtividade do servidor. São investigados sintomas de stress, hipertensão, depressão, problemas visuais, respiratórios, cardiológicos, entre outros.

De acordo com dados coletados em 2011 pela Assessoria em Segurança & Saúde Ocupacional (SSO) - empresa contratada para diagnosticar a segurança e a saúde ocupacionais no Tribunal - fatores como falta de atividade física, obesidade, tabagismo, pressão arterial elevada e o consumo exagerado de álcool estão entre os que mais oferecem riscos à saúde dos servidores do Judiciário.

"São fatores de risco, mas se apresentam em escalas aceitáveis e podem ser revertidos com a mudança de comportamento e a adoção de hábitos de vida mais saudáveis", afirma a consultora em qualidade de vida da SSO, enfermeira Sabrina Manga.

O EXAME - Antes de ser atendido pelos médicos, o servidor responde a um questionário com os dados pessoais e informações sobre doenças pré-

existentes.

Durante a consulta, é examinado o funcionamento do fígado, tireóide, rins, coluna vertebral, aparelhos respiratório e cardiovascular. A capacidade visual é avaliada em teste específico, assim como a pressão arterial, o peso, altura, circunferência abdominal, e o cálculo da massa de gordura corporal.

Além da prevenção, o programa contempla ações de recuperação e incentivo à melhoria da saúde dos servidores que apresentam alguma alteração nas condições de saúde. Por meio de parceria entre a SSO e a Divisão Médica do TJMA, nutricionistas, cardiologistas e clínicos gerais acompanham os casos que necessitam de maior controle.

"Apesar de ser um trabalho preventivo, quando detectada alguma alteração é importante garantir ou encaminhar o profissional aos tratamentos disponíveis e viabilizar a reabilitação do servidor", acrescenta a médica Célia Leal, clínica-geral e especialista em medicina do trabalho.

SURPRESA - Para o auxiliar judiciário, Rômulo Antonio Amorim, a consulta trouxe algumas surpresas. "Não sabia que o sobrepeso já estava interferindo na minha pressão arterial. Vou voltar a me cuidar mais", disse, ao ser encaminhado para acompanhamento pelo nutricionista e cardiologista.

O exame é agendado pelo telefone (98) 8200-0133 e 3222 4085. As consultas são realizadas na Unidade São Luis de Medicina Ocupacional da SSO, localizada no Edifício Colonial, à Rua do Sol, 141, sala 719, 7º andar (em frente ao Teatro Arhur Azevedo), São Luís - MA.

Cleones Cunha designa substitutos para Cartórios no interior do Maranhão

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, já assinou as portarias que suspendem as atividades dos notários Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Silva Filho nas Serventias Extrajudiciais pelas quais respondiam interinamente. Foram designados pelo corregedor-geral outros substitutos, que não têm nenhum parentesco com os tabeliães anteriores.

PÁGINA 3

Cleones Cunha designa substitutos para cartórios no interior do MA

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, já assinou as portarias que suspendem as atividades dos notários Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Silva Filho nas Serventias Extrajudiciais pelas quais respondiam interinamente. Foram designados pelo corregedor-geral outros substitutos, que não têm nenhum parentesco com os tabeliães anteriores.

Os notários Alice Brito e Luiz França Belchior Filho continuam respondendo pelas Serventias Extrajudiciais das quais são titulares, Anajatuba e Maranhãozinho, respectivamente.

De acordo com a Portaria nº 153/2012, da CGJ, José

Maria Pinheiro Meireles, substituto do 2º Tabelionato de Notas de São Luís, ficará respondendo pelo 3º Ofício de Notas da Capital, no qual Luiz de França Belchior Filho respondia interinamente.

Já no 2º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar, onde respondia Alice Brito, ficará a escrevente Francinalva da Silva Farias, segundo designa a Portaria nº 155/2012. E no 1º Ofício Extrajudicial de Barreirinhas, onde Alice Brito também respondia interinamente, responderá o substituto Fabio Costa Rodrigues, como determina a Portaria nº 152/2012.

"Fomos bastante criteriosos para definir os substitutos dos dois notários para essas Serventias Extrajudici-

ais. A inexistência de parentesco foi uma das principais exigências, que foi comprovada pelos que estão assumindo essas três Serventias", destacou o corregedor-geral, Cleones Cunha.

O corregedor deixou claro, ainda, que a remuneração dos notários interinos será limitada, como determina a lei. Nas Portarias 152, 153 e 155 de 2012, o desembargador Cleones Cunha fixou a remuneração dos interinos em 90,25% do salário mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que é, aproximadamente, R\$ 26,7 mil. Além disso, está determinado que o saldo entre as receitas e as despesas deverá ser recolhido para o Fundo Especial de

Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj).

Ficou definido, ainda, que os notários Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Filho devem apresentar à Corregedoria Geral da Justiça, em um prazo de 30 dias, a prestação de contas referente ao período em que responderam pelas três Serventias Extrajudiciais em questão.

A decisão do corregedor-geral, Cleones Cunha, em substituir os tabeliães foi respaldada pelos desembargadores maranhenses na Sessão Plenária Administrativa do dia 18 de janeiro. A decisão integra, ainda, o Processo Administrativo nº 1951/2012, que está apurando a situação funcional dos dois tabeliães.

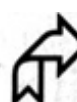
DEIXANDO A TOGA

Três desembargadores preparam voos para a política



Pelo menos três desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão articulam ensaios para política num futuro bem próximo. Raimundo Freire Cutrim, Jamil Gedeon e Guerreiro Júnior (fotos) estão sendo estimulados.

PÁGINA 3

 **DEIXANDO A TOGA**

Três desembargadores preparam voos para a política

Pelo menos três desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão articulam ensaios para política num futuro bem próximo. Raimundo Freire Cutrim, que já foi corregedor-geral, presidente do TJ e do TRE, será aposentado compulsoriamente no próximo mês de maio. A família o incentiva para que dispute uma vaga na Assembleia Legislativa, uma vez que é homem acostumado ao trabalho e não se sentiria bem na ociosidade.

Apoios não lhe faltarão, porque é bem articulado, tem uma família numerosa e amigos em praticamente todas as regiões do Estado. Apesar de muito jovem, Jamil Gedeon, que, a exemplo de Cutrim já foi presidente do TRE, corregedor-geral e diri-



Jamil Gedeon, Raimundo Cutrim e Antônio Guerreiro Júnior

gente do TJ, tem incentivo da família para que se aposente antes do tempo, para que possa disputar a prefeitura de sua cidade natal, Caxias.

A família de Jamil tem forte influência política na cidade. O pai, já falecido era uma forte liderança e um dos ir-

mãos chegou a presidir a Câmara Municipal daquele município. O assunto já é tratado abertamente pelos corredores do Tribunal de Justiça.

Outro que também pensa em ir para a política é o atual presidente do Tribunal de Justiça, Antonio Guerreiro Júnior.

Magistrado bastante conhecido e com um forte poder de articulação, Guerreiro Júnior articula a presidência do Tribunal Regional Eleitoral. Quando findar o seu mandato no TJ para depois deixar a toga e disputar uma vaga na Assembleia Legislativa.

Polinter cumpre ordem judicial pelos crimes de assalto e tráfico de drogas

Investigadores da Polícia Interestadual (Polinter), coordenados pelo delegado Couto Júnior, cumpriram, na manhã de ontem (24), duas ordens judiciais, pelos crimes de assalto a mão armada e tráfico de entorpecentes. Na ação, foi preso Israel Ramos de Andrade, 34 anos, situado na Rua do Arame nº 5, Bairro Vila Itamar. A prisão ocorreu às 11h40 por meio de informações repassadas pelo Disque Denúncia (3223 58 00).

De acordo com informações da Delegacia Especializada, no ano de 2009, Israel e outro comparsa, foram acusados de participar de um assalto a Farmácia Extra Farma, localizada no Bairro da Cohab. Ainda segundo informações, a prisão foi em decorrência de um mandado de prisão preventiva pela Vara de Execuções, expedido pelo juiz Fernando Mendonça. A outra ordem judicial foi por sentença condenatória pelo crime de tráfico de drogas, expedida pelo juiz Luis Fernando Belchior, da Vara de Entorpecentes.

PRISÃO - Após passar três dias realizando levantamentos, e ao receberem informações do serviço do Disque Denúncia, policiais da Equipe de Captura, prenderam o acusado em sua própria residência situada no Bairro da Vila Itamar. Israel foi conduzido para sede da Polinter para os devidos procedimentos, e em seguida encaminhado para o Centro de Triagem no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

05

Corregedor-geral designa substitutos para Serventias Extrajudiciais

GERAL



O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, já assinou as Portarias que suspendem as atividades dos notários Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Silva Filho nas Serventias Extrajudiciais pelas quais respondiam interinamente. Foram designados pelo corregedor-geral outros substitutos, que não têm nenhum parentesco com os tabeliães anteriores.

Corregedor-geral designa substitutos para Serventias Extrajudiciais

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, já assinou as Portarias que suspendem as atividades dos notários Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Silva Filho nas Serventias Extrajudiciais pelas quais respondiam interinamente. Foram designados pelo corregedor-geral outros substitutos, que não têm nenhum parentesco com os tabeliães anteriores.

Os notários Alice Brito e Luiz França Belchior Filho continuam respondendo pelas Serventias Extrajudiciais das quais são titulares, Anajatuba e Maranhãozinho, respectivamente.

De acordo com a Portaria nº 153/2012, da CGJ, José Maria Pinheiro Meireles, substituto do 2º Tabelionato de Notas de São Luís, ficará respondendo pelo 3º Ofício de Notas da Capital, no qual Luiz de França Belchior Filho respondia interinamente.

Já no 2º Ofício Extrajudicial

de Paço do Lumiar, onde respondia Alice Brito, ficará a escrevente Francinalva da Silva Farias, segundo designa a Portaria nº 155/2012. E no 1º Ofício Extrajudicial de Barreirinhas, onde Alice Brito também respondia interinamente, responderá o substituto Fabio Costa Rodrigues, como determina a Portaria nº 152/2012.

"Fomos bastante criteriosos para definir os substitutos dos dois notários para essas Serventias Extrajudiciais. A inexistência de parentesco foi uma das principais exigências, que foi comprovada pelos que estão assumindo essas três Serventias", destacou o corregedor-geral, Cleones Cunha.

O corregedor deixou claro, ainda, que a remuneração dos notários interinos será limitada, como determina a lei. Nas Portarias 152, 153 e 155 de 2012, o desembargador Cleones Cunha fixou a remuneração dos interinos em 90,25% do salário mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que é,



aproximadamente, R\$ 26,7 mil. Além disso, está determinado que o saldo entre as receitas e as despesas deverá ser recolhido para o Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj).

Ficou definido, ainda, que os notários Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Filho devem apresentar à Corregedoria Geral da Justiça, em um prazo de 30 dias, a prestação de con-

tas referente ao período em que responderam pelas três Serventias Extrajudiciais em questão.

A decisão do corregedor-geral, Cleones Cunha, em substituir os tabeliães foi respaldada pelos desembargadores maranhenses na Sessão Plenária Administrativa do dia 18 de janeiro. A decisão integra, ainda, o Processo Administrativo nº 1951/2012, que está apurando a situação funcional dos dois tabeliães.

SEMINÁRIO

CCL debate novo Código de Licitações e Contratos



Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

O anteprojeto de Lei do novo Código de Licitações e Contratos será apresentado pelo Governo do Estado, por meio da Comissão Central de Licitação (CCL), durante o "Seminário de Elaboração do Código de Licitação e Contratos". O evento, que terá participação do professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, uma das maiores autoridades do Brasil no tema, será realizado, na quinta (26) e sexta-feiras (27), das 8h às 17h, na Sala Terezinha Jansen, do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana (Cohafuma).

De acordo com o presidente da CCL, Francisco Baptista Ferreira, o seminário será uma primeira etapa de aprimoramento do Código e precederá a discussão na Assembleia Legislativa, para onde o documento deverá ser encaminhado. Abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o texto se baseia na competência que

os Estados têm de adaptar à sua realidade a Lei Federal de Licitações e Contratos (nº 8.666, de 21 de junho de 1993).

"O Código garantirá mais eficiência e razoabilidade nas situações rotineiras em que seja demandada celeridade no decidir, beneficiando ao contratado e ao colaborador da administração pública, que terá a segurança necessária à prevenção de equívocos diversos, presentes no dia a dia", afirmou Francisco Baptista Ferreira.

Entre as melhorias propostas pelo anteprojeto, estão a redução das modalidades de licitação para apenas quatro; a mudança de paradigma da menor proposta para a melhor proposta; e a regulação dos sistemas auxiliares da licitação, isto é, o Sistema de Registros de Preços, o Credenciamento e a Pré-qualificação, que são amplamente utilizados, mas não têm regulamentação.

CENTRAL DE MANDADOS

Oficiais de justiça elegem novo chefe

Na manhã de ontem terça-feira, 24, os oficiais de justiça do Fórum Desembargador Sarney Costa reuniram-se no auditório do anexo, no Calhau, para eleger o novo chefe da Central de Mandados e debater algumas questões referentes ao atual sistema de trabalho.

Em clima democrático, os oficiais discutiram e elegeram algumas propostas de alteração do Provimento nº 18/2011, elaborado pela Corregedoria Geral da Justiça, que disciplina o funcionamento da Central de Mandados de São Luís, reativada em setembro do ano passado, e as atribuições dos servidores nela lotados.

Alteração de critérios de produtividade, mudança de alguns itens do sistema Themis PG, padronização de mandados por área, junção dos distritos Calhau e São Francisco, criação de mais dois distritos de trabalho (Sessão do Júri e Cohama) - totalizando 15 áreas, foram os principais assun-

tos debatidos durante o encontro. Todas as propostas serão encaminhadas, em breve, ao corregedor-geral da justiça, des. Cleones Carvalho Cunha, para avaliação.

No final da reunião e, mediante autorização do juiz diretor do Fórum, Sebastião Joaquim Lima Bonfim, os oficiais de justiça presentes elegeram o novo chefe da Central de Mandados, que deverá assumir o cargo até o fim do mês de fevereiro. O atual chefe, o analista judiciário Peterson Azevedo de Abreu, decidiu deixar o cargo por motivos pessoais.

O oficial de justiça eleito, Daniel Mendes de Moraes Silva, feliz com o resultado das eleições, diz que está disposto a encarar esta importante missão. "Percebo que há muito a ser feito pela Central de Mandados, mas com a colaboração de todos, creio que faremos um bom trabalho em prol de uma Justiça mais célere para a sociedade", declarou o oficial eleito.

Suspensas as atividades de dois notários

Corregedor-geral Cleones Cunha suspendeu as atividades dos notários Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Silva Júnior

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, assinou as portarias que suspendem as atividades dos notários Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Silva Filho nas serventias extrajudiciais pelas quais respondiam interinamente. Foram designados pelo corregedor-geral outros substitutos, que não têm nenhum parentesco com os tabeliães anteriores.

Os notários Alice Brito e Luiz França Belchior Filho continuam respondendo pelas serventias extrajudiciais das quais são titulares, Anajatuba e Maranhãozinho, respectivamente.

De acordo com a Portaria nº 153/2012, da CGJ, José Maria Pinheiro Meireles, substituto do 2º Tabelionato de Notas de São Luís, ficará respondendo pelo 3º Ofício de Notas da Capital, no qual Luiz de França Belchior Filho respondia interinamente.

Já no 2º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar, onde respondia Alice Brito, ficará a escrevente Francinalva da Silva Farias, segundo designa a Portaria nº 155/2012. E no 1º Ofício Extrajudicial de Barreirinhas, onde Alice Brito também respondia interinamente, responderá o substituto Fábio Costa Rodrigues, como determina a Portaria nº 152/2012.

"Fomos bastante criteriosos para definir os substitutos dos dois notários para essas serventias extrajudiciais. A inexistência de parentesco foi uma das principais exigências, que foi comprovada pelos que estão assumindo essas três serventias", destacou o corregedor-geral, Cleones Cunha.

O corregedor deixou claro, ainda, que a remuneração dos notários interinos será limitada, como determina a lei. Nas Portarias



Divulgação

Corregedor Cleones Cunha

152, 153 e 155 de 2012, o desembargador Cleones Cunha fixou a remuneração dos interinos em 90,25% do salário mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que é, aproximadamente, R\$ 26,7 mil. Além disso, está determinado que o saldo entre as receitas e as despesas deverá ser recolhido para o Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj).

Prestação - Ficou definido, ainda, que os notários Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Filho devem apresentar à Corregedoria Geral da Justiça, em um prazo de 30 dias, a prestação de contas referente ao período em que responderam pelas três serventias extrajudiciais em questão.

A decisão do corregedor-geral, Cleones Cunha, em substituir os tabeliães foi respaldada pelos desembargadores maranhenses na sessão plenária administrativa do dia 18 de janeiro. A decisão integra, ainda, o Processo Administrativo nº 1951/2012, que está apurando a situação funcional dos dois tabeliães.

Código de ética da magistratura nacional analisado em livro

Lourival Serejo assina a publicação **P. 7**



Código de ética da magistratura em livro

De autoria de Lourival Serejo, obra traz experiência do autor como formador de magistrados na Esmam

Comentários ao código de ética da magistratura nacional serve de título e argumento para o novo livro do desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, lançado nacionalmente com selo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). A obra ainda não tem data de lançamento em São Luís.

Nos 13 capítulos da publicação, a independência e imparcialidade do juiz e sua linguagem aparecem em evidência. O alicerce da obra é a experiência de Serejo como coordenador de cursos de formação de novos magistrados na Escola Superior da Magistratura do Estado (Esmam) e, mais tarde, seu diretor. Mais de 20 anos separam as funções.

“Em todas as oportunidades, coube-me a tarefa de discutir os rumos éticos da formação do juiz [...] Sempre busco enfatizar o lado vocacional e ético da magistratura. Sem esses dois pilares, a magistratura cai num vácuo ou se perde na burocracia estéril”, escreve na apresentação, resgatando trecho de formação do juiz: anotações de uma experiência, livro de sua autoria lançado em 2010.

Conduta - As novas exigências quanto à conduta do juiz atual, e em atualizá-lo sobre temas em discussão na sociedade, explicam o surgimento do

livro do desembargador do TJ-MA. *O Código de Ética da Magistratura Nacional* era a mais robusta referência nesse quesito, até agora.

Serejo lembra que a importância que a função judicial adquiriu com o atavismo e a judicialização dos problemas sociais e políticos passou a requerer magistrados mais devotados à função. “Sem ética esse devotamento não pode prosperar”, determina.

Membro da Academia Maranhense de Letras, o magistrado prepara livro de crônicas para fevereiro, quando será lançado Entre Viana e Viena.

Serviço

• **Livro**
Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional, de Lourival Serejo

• **Editora**
Enfam



Divulgação

Lourival Serejo foi também diretor da Esmam

MP investigará destino dos R\$ 73 milhões de convênios

Promotor responsável pela investigação instaurou procedimento criminal contra a gestão de João Castelo para apurar o destino da verba de convênios firmados entre a Prefeitura de São Luís e o Governo do Estado em 2009. **Política 3**

João Castelo será investigado criminalmente pelo MP após sumiço dos R\$ 73,5 milhões

Promotor Marcos Valentim instaurou procedimento investigatório criminal que terá auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

Carla Lima

Da editoria de Política

O governo João Castelo (PSDB) será investigado criminalmente pelo desaparecimento dos R\$ 73,5 milhões dos três convênios firmados entre a Prefeitura de São Luís e o Governo do Estado em 2009. O promotor responsável pela investigação no Ministério Público Estadual (MP), Marcos Valentim Paixão, instaurou ontem um procedimento investigatório criminal que terá auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate

às Organizações Criminosas (Gaeco), do MP.

Depois que a procuradora-geral de Justiça, Fátima Travaços, decidiu encaminhar ofício determinando instauração para investigar o destino dos R\$ 73,5 milhões em resposta à representação do deputado Roberto Costa (PMDB), o promotor de Defesa da Probidade Administrativa, Marcos Valentim, decidiu instaurar procedimento investigatório criminal contra o governo de São Luís.

O promotor justificou a decisão na lei n.º 8625/93, na Lei Complementar Estadual n.º 013/91 e na Resolução n.º 13/06

do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que trata da Lei Orgânica Nacional do MP. Segundo a Lei 8.625/93, é permitido ao MP instaurar inquéritos civis e procedimentos administrativos como expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento justificado, pode ser requisitada condução coercitiva.

Para auxiliar na investigação criminal, o promotor solicitou a designação do Gaeco. O grupo especial do MP é responsável por investigar crimes cometidos por organizações crimi-



Castelo será investigado pelo Gaeco sobre destino de verba; Costa é o autor da representação no MP estadual

Mais

No Maranhão a Gaeco, grupo de inteligência do MP que existe em todo o Brasil, é formado por quatro promotores especializados que atuam de forma sigilosa na investigação criminal de formação de quadrilha. Há 10 anos que o ministério Público conta com esse grupo de investigação. São Paulo foi o estado pioneiro criando um Gaeco em 1995.

nosas envolvendo agentes públicos, entre os quais crimes de formação de quadrilha. "Temos o objetivo claro de apurar o eventual desaparecimento dos R\$ 73,5 milhões", declarou o promotor.

Reforço - De acordo com o autor da representação que serviu de base para o pedido de Marcos Valentim, o desaparecimento

dos R\$ 73,5 milhões será investigado com o objetivo de buscar mais de um responsável. "É notório que mais de uma pessoa da administração do prefeito João Castelo deverá ser investigado. Não somente o prefeito, como também o procurador do Município e os secretários municipais da Fazenda e de Obras. E parece que o Ministério Público percebeu isso", disse Roberto Costa.

Ainda segundo Costa, que se reuniu na manhã de ontem com Marcos Valentim, a entrada no MP reforça o que já vinha sendo investigado pela CPI dos convênios, que foi suspensa por decisão da desembargadora Anildes Cruz após ação da Procuradoria Geral do Município que alegou ilegalidade na investigação da Assembleia Legislativa.

A Procuradoria da Assembleia recorreu da decisão da desembargadora tanto no Tribunal de Justiça com um pedido de reconsideração de decisão quanto no Supremo Tribunal Federal (STF) sob a alegação de a decisão da Anildes Cruz ter ferido o princípio constitucional da independência entre os poderes.

Antônio Américo é o novo presidente da FMF

Moto Clube entrou com um agravo de instrumento no Tribunal de Justiça

O interventor da Federação Maranhense de Futebol (FMF), Antônio Américo Lobato Gonçalves, foi aclamado na noite de ontem como o novo presidente da entidade. Apenas ele concorria ao pleito com a chapa Novo Momento. A eleição de Antônio Américo, porém, não acaba com as polêmicas relacionadas ao controle da FMF; mas foi a primeira vez em 20 anos que Alberto Ferreira não estava concorrendo ao cargo de presidente da entidade.

O novo presidente da FMF foi aclamado por 54 votos a 1 em uma eleição que demorou pouco mais de 30 minutos. Ele ficará no comando da entidade até 31 de dezembro de 2014. O representante do Moto Clube votou contra a eleição de Antônio Américo. O time questiona na Justiça o processo de aprovação do novo estatuto da entidade, ocorrido em 13 deste mês.

Segundo o presidente da Junta Governativa do Moto Clube, Sarney Neto, o novo estatuto ficou pronto em novembro, mas os representantes dos clubes receberam uma cópia do documento apenas 30 minutos antes da assembleia geral de aprovação estatutária. Por conta disso, o Moto já ingressou com uma liminar na 5ª Vara Cível e também com um agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pedindo a anulação da assembleia que aprovou o novo estatuto.

Além de determinar prazos, o novo estatuto da FMF também definiu o peso da votação de cada clube filiado à entidade. "O Moto Clube não quer tumultuar. Quer apenas colaborar para que o futebol maranhense volte aos seus bons tempos. Falou-se tanto de perpetuação de poder. Mas algumas coisas não foram feitas de forma devida", disse Sarney Neto. "Em 30 minutos você não consegue discutir um documento tão sério quanto um estatuto", enfatizou.



De Jesus

Antônio Américo faz sinal de positivo após vitória na noite de ontem

Entenda o caso

- Em julho do ano passado, o Ministério Público Estadual (MPE), por meio da promotora Lítia Cavalcanti, instaurou um inquérito civil público para investigar denúncias de irregularidades na Federação Maranhense de Futebol (FMF), entre as quais estavam a falta de transparência de repasses de recursos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A investigação comprovou várias das irregularidades apontadas pelos clubes, como a não prestação de contas de recursos destinados à federação.

O presidente eleito Antônio Américo disse que todo o processo de aprovação do estatuto da entidade ocorreu de forma transparente. Foram 27 votos a favor e apenas um contrário. "O Moto tem o direito de questionar a assembleia de janeiro, mas ela é soberana e tudo aconteceu de forma legal. É preciso se respeitar o trabalho de três grandes juristas maranhenses, responsáveis pelo novo estatuto", disse.

Além do questionamento sobre o novo estatuto, também houve uma tentativa de inclusão às pres-

sas de uma nova chapa encabeçada pelo ex-presidente do Sampaio Correia Pedro Vasconcelos Sousa. A chapa foi indeferida porque não cumpriu requisitos estabelecidos no Estatuto da Federação e o Regimento Interno da Eleição.

Independentemente das polêmicas, o novo presidente da FMF afirmou que terá como prioridade a reestruturação do futebol maranhense. Gonçalves disse que, durante o mandato, tampão, lutará para incluir os times do estado na Copa Nordeste de Futebol, buscará apoio da iniciativa privada aos clubes do Maranhão e tentará uma maior aproximação da entidade à Confederação Brasileira de Futebol, entre outros objetivos. "É muita coisa para se fazer em pouco tempo, mas lutaremos para isso", disse Gonçalves.

O presidente do Sampaio Corrêa, Sérgio Frota, disse que o futebol maranhense vive agora um novo momento. "O interventor conseguiu implementar algumas mudanças, como a reestruturação física da FMF e a implementação de um estatuto. É uma mudança boa para todos. Esperamos que ele consiga ajudar o futebol do estado", disse Frota.



Divulgação

O defensor-geral Aldy Mello Araújo durante conversa com o presidente do TJ, Guerreiro Júnior

Guerreiro Júnior e Aldy Mello debatem parceria institucional

Foram discutidos investimentos da Justiça na capital e no interior do estado

A parceria institucional entre a Defensoria Pública e o Poder Judiciário do Maranhão e os projetos de investimento na estruturação da Justiça na capital e no interior foram discutidos pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, com o defensor público-geral do Estado, Aldy Mello Araújo, ontem.

Em visita de cortesia, o chefe da Defensoria Pública do Estado (DPE) agradeceu o empenho do desembargador na relatoria dos processos junto ao pleno do tribunal que resultaram na garantia da autonomia administrativa da defensoria, em 2008, e entregou o Relatório de Atividades da DPE de 2011, com o resumo dos atendimentos e projetos desenvolvidos ao longo do ano pela instituição, que conta com 77 defensores no Estado.

"A autonomia administrativa conquistada pela defensoria teve vários desdobramentos na melhoria da estrutura dos nossos serviços, no planejamento das atividades, na interiorização das ações e na implantação de novos núcleos de atendimento ao público. Todo esse avanço foi possível a partir dessa autonomia, e o desembargador Guerreiro Júnior foi o 'pai da criança'", disse o defensor.

Dentre outros assuntos, Mello tratou com o presidente sobre a conclusão da reforma das instalações da antiga sede do Fórum de São Luís, onde a Defensoria tem uma sala cedida pelo Judiciário, e um espaço no Fórum da comarca de Caxias, para a instalação dos serviços do órgão naquela comarca - a quinta mais populosa do estado.

O presidente Guerreiro Júnior garantiu ao defensor-geral que não apenas nesses fóruns, mas em todos os outros a defensoria, assim como a OAB, terá salas para desenvolver suas atividades. Disse que as obras iniciadas du-

rante a gestão passada estão com andamento regular, e, quanto ao fórum da capital, solicitou ao Tribunal de Contas do Estado parecer técnico sobre a possibilidade de aditivo ao contrato de engenharia para a finalização da obra de construção. Falou ainda que abriu licitação de reforma e manutenção para melhoria das unidades já existentes. "A Justiça não pode parar", declarou o presidente.

Apoio - Ao fim da visita, o presidente do TJMA informou que irá a Brasília na próxima semana, onde buscará apoio junto aos membros do Conselho Nacional de Justiça e do Senado Federal para o projeto de construção das sedes dos fóruns de São Luís e Imperatriz - prioridades de sua gestão. Na oportunidade, ele defenderá também a necessidade de adoção da Parceria Público Privada (PPP) para o financiamento dessas obras.

A visita do defensor-geral foi acompanhada pelo decano do TJMA, desembargador Antonio Bayma Araújo.

Estreia

Uma análise equilibrada sobre o momento atual do Judiciário brasileiro e planos de gestão do Tribunal de Justiça do Maranhão para o biênio 2011-2012, nas áreas de obras de engenharia e serviços e investimentos em tecnologia, puxam o tom do pronunciamento do desembargador Guerreiro Júnior no 90º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, que movimenta Teresina quinta e sexta-feira.

Os trabalhos acontecerão no salão de eventos do Metropolitan Hotel, no centro daquela Capital.

Ética

Sempre atento a assuntos do Judiciário, o desembargador Lourival Serejo recorreu à experiência como coordenador de cursos de formação de novos magistrados da Escola Superior da Magistratura do Estado (Es-mam), e diretor daquela instituição, para construir "Comentários ao código de ética da magistratura nacional".

A independência e imparcialidade do juiz, linguagem e relacionamento com a imprensa, são destaques no livro, que circula com selo nacional da Enfam.

Serejo promete novo lançamento para fevereiro: "Entre Viana e Viena", na seara de crônicas.

Reunião I

Além de inaugurações, o governador em exercício Washington Oliveira visitou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Jr..

- Vim cumprimentar o amigo, desembargador e presidente do TJ e conversamos sobre algumas questões de ordem social - disse Oliveira.

- Sempre tive uma relação amistosa com Washington Oliveira, uma parceria que só faz somar para a população - destacou Guerreiro Jr..

Reunião II

Washington Oliveira também se reuniu com representantes sindicais, incluindo CUT, com a participação do secretário-adjunto de Seplan, Antônio José Chatack.

O assunto tratado foi a implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários que será implantando pela governadora Roseana Sarney.

O presidente do Sintsep, Cleinaldo Lopes, pediu pressa na implantação.

Alteradas regras para menores em eventos de Carnaval

Agremiações têm até o dia 10 de fevereiro para levar documentos e requerer alvará

A 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís alterou as regras para a participação de menores em blocos e festas de Carnaval este ano. As principais mudanças são quanto à idade e horário de permanência de crianças e adolescentes nesses eventos. Representantes de agremiações carnavalescas têm até o dia 10 de fevereiro para requerer alvará relativo à participação de crianças e adolescentes em desfiles e outros eventos de Carnaval.

Assinada por José Américo Abreu Costa, juiz de Direito titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de São Luís, a portaria nº 001/2012 disciplina a entrada e permanência de crianças e adolescentes em bailes carnavalescos e sua participação nos desfiles de Carnaval. Ela substitui a portaria nº 001/2007, definindo novas regras que passam a valer a partir deste ano.

Segundo o titular da 1ª Vara, a nova portaria visa flexibilizar a participação de crianças e adolescentes nos eventos carnavalescos.

Novas normas - Segundo as novas normas, fica expressamente proibida a participação em es-

coas de samba, blocos, ligas, bandas e outras agremiações ou brincadeiras organizadas que desfilarem em ruas ou na Passarela do Samba de crianças menores de 6 anos após as 22h. Para estes, somente será permitida a participação até as 22h se estiverem acompanhados por seus pais, responsáveis legais, avós, irmão maior ou tios, mediante apresentação de documento que comprove o parentesco.

A participação de crianças de 6 a 12 anos incompletos somente será permitida até a meia-noite, desde que tenha alvará emitido pela 1ª Vara para participar do evento carnavalesco. Aos maiores de 12 anos, são liberados a apresentação e desfile após a meia-noite, mediante autorização expressa e escrita dos pais ou responsáveis legais.

A portaria proíbe a permanência, condução e o desfile de crianças e adolescentes menores de 16 anos em carros alegóricos, ainda que acompanhados pelos pais ou responsáveis. Os maiores de 16 anos só podem desfilar se tiverem autorização do juiz e se a agremiação comprovar que a alegoria é segura, ofereça proteção com guarda-corpo e a altura máxima entre o chão e o piso do local em que se encontre o adolescente não ultrapasse três metros.

Mais

Segunda-feira, dia 23, 1ª Vara da Infância e Juventude começou a receber os pedidos de autorização para que crianças e adolescentes participem dos desfiles carnavalescos. No ato da solicitação, o responsável pela agremiação deve apresentar um requerimento preenchido com sua assinatura e qualificação completa, além da sua função, endereço e CPF, cópia do RG, comprovante de residência, relação nominal dos menores participantes, com indicação de idade e data de nascimento, autorização do pai, mãe ou outro responsável legal com sua assinatura, endereço, qualificação e cópia do documento de identidade, cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade dos menores e indicação do local e horário do início e término da apresentação.

Prefeito de Icatu tá todo enrolado com a Justiça

Os desembargadores da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão receberam denúncia do Ministério Público Estadual (MPE) contra o prefeito de Icatu, Juarez Alves Lima, acusado de condutas irregulares no exercício financeiro de 2005 e em aplicações de recursos públicos.

Segundo a denúncia do MPE, o prefeito deixou de elaborar o Código Tributário Municipal, durante o exercício financeiro de 2005, resultando em prejuízos ao

erário pela falta de arrecadação de tributos. Além de exceder o limite de repasses ao Poder Legislativo municipal e deixar de aplicar corretamente os recursos do Fundeb, Lima também teria ordenado e efetuado também despesas não autorizadas ou em desacordo com as normas financeiras, na compra de produtos e serviços não licitados, tendo em alguns casos dispensado o procedimento licitatório.

O prefeito apresentou

defesa, alegando que a denúncia não teria obedecido aos requisitos previstos em lei, não tendo descrito a conduta do acusado. Argumentou ainda que a responsabilidade seria dos secretários ou terceiros, pois o prefeito teria assinado documentos sem o conhecimento das irregularidades penais.

O relator da denúncia, desembargador Joaquim Figueiredo, entendeu observados os requisitos da lei, na medida em que houve a nar-

rativa dos fatos com todas as circunstâncias e documentos.

O magistrado entendeu que os fatos mereceriam análise mais apurada via instrução processual, de forma que o recebimento da denúncia representa um juízo prévio, para posterior avaliação.

O voto de Joaquim Figueiredo seguiu parecer da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) e foi acompanhado pelos desembargadores Froz Sobrinho e Raimundo Sousa.

✓ VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e órgãos públicos do estado, informou que durante todo o período carnavalesco estarão atuando em conjunto. A medida foi tomada para que haja uma redução das agressões no ambiente familiar e, por este motivo, as ações contra a violência doméstica também vão ser intensificadas.

■ JUSTIÇA**PROCURADORA NÃO É
EMPOSSADA MESMO APÓS
DETERMINAÇÃO JUDICIAL**

A procuradora de Justiça Themis Carvalho deveria ter sido empossada no comando da Escola Superior do Ministério Público para o biênio 2012-2014, mas o mandado de segurança, interposto pelo desembargador Stélio Muniz, foi descumprido pela procuradora Fátima Travassos ontem.

POLÍTICA 3

■ PODER

Guerra dentro do Ministério Público

Procuradora-geral Fátima Travassos não empossa presidente da Escola Superior do Ministério Público, Themis Carvalho, alegando que o cargo é de confiança. Decisão judicial manda dar posse à escolhida

CLODOALDO CORRÊA

Em mandado de segurança interposto pelo desembargador Stélio Muniz, a Justiça determinou que a procuradora-geral de Justiça, Fátima Travassos, empossa a procuradora de Justiça Themis Carvalho no comando da Escola Superior do Ministério Público para o biênio 2012-2014. A procuradora suspendeu inclusive a reunião do Conselho que seria realizada ontem. Themis venceu a eleição realizada pelo Conselho Superior do Ministério Público por quatro votos contra três do promotor Joaquim Henrique Lobato, que também teve seu nome preterido por Fátima Travassos. Pela decisão do desembargador, a procuradora-geral deve empossar imediatamente a procuradora que venceu às eleições.

A procuradora Themis Carvalho disse que Fátima Travassos estava ferindo o princípio da impessoalidade do serviço público. Ela também alega que não tem problemas pessoais com a chefe do Ministério Público Estadual. "Ela alegou que sou 'inimiga capital' dela e não poderia trabalhar comigo porque a Escola é auxiliar à

Procuradoria Geral. Não sei de onde tirou isso. Não tenho nada contra ela pessoalmente. Tivemos divergências no campo profissional normais. É comum que dentro de instituições existam opiniões contrárias e discussões. Mas nada no campo pessoal", afirmou.

Na última segunda-feira, Fátima rejeitou nomear a procuradora, alegando que o cargo é de confiança e, portanto, cabendo à Procuradoria Geral acatar ou não a indicação do Conselho. No documento onde Fátima nega a posse a Themis, ela diz que essa "passou a nutrir inimizade capital à procuradora-geral de Justiça", e que esta pode ser notadamente verificada por "agressões em blogues, ajuizamento de queixa-crime contra a procuradora-geral, reclamações infundadas junto ao CNMP, hostilização durante sessões do Colégio de Procuradores, etc".

Fátima Travassos também relata no ofício a falta de convivência harmônica entre as duas e falta de conhecimento de Themis com relação à administração do Ministério Público e a função dos órgãos auxiliares.

A procuradora não quis se manifestar oficialmente. Mas uma fonte

próxima a Travassos afirmou que ela ainda não foi notificada oficialmente, e que, assim que for, também irá interpor contra a decisão. "A Escola Superior é um órgão auxiliar e a última instância para escolha da direção é da Procuradoria Geral de Justiça. A Themis já fez diversas manifesta-

Ampem prefere ficar fora

Segundo a Assessoria de Comunicação da Associação dos Magistrados do Maranhão (Ampem), como a questão se tornou judicial e não é mais administrativa, o novo presidente da instituição, José Augusto Cutrim, prefere não se manifestar, até mesmo pelo fato da instituição estar em uma fase de transição. Eleito em 9 de dezembro, o novo presidente da Ampem tomou posse em 4 de janeiro e trabalha ainda internamente. Quer tomar as ações mais à frente da instituição apenas após a posse festiva, dia 9 de fevereiro.



Fátima Travassos alega que falta harmonia entre as duas para administrar MPMA



Themis Carvalho afirma que Travassos está ferindo o princípio da impessoalidade

O QUE DIZ A LEI

Segundo o parágrafo 4º do artigo 37 da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991 – com as alterações propostas pela Lei Complementar nº 112, de 8 de janeiro de 2008:

“§ 4º – A direção da Escola Superior do Ministério Público será exercida, preferencialmente, por Procurador de Justiça nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante indicação do Conselho Superior do Ministério Público, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução”.

Aí, vale a interpretação.

EXCLUSIVO



MAURICIO ALEXANDRE/IMP.D.A PRESS

Antônio Américo fala sobre déficit nas contas e planos para os próximos dois anos como presidente da FMF

SUPERESPORTES 4 E 5

ENTREVISTA

Os desafios de Antônio Américo para
os próximos dois anos à frente da FMF

Páginas 4 e 5



MAURÍCIO ALEXANDRE/OIMP/D.A PRESS

Dois anos de muitas cobranças

Presidente eleito da Federação Maranhense apresenta metas para começar a reestruturação do futebol local, como a criação da Série C e captação de recursos financeiros junto a emissoras de TV

JOÃO RICARDO

Antônio Américo até ontem era o interventor da Federação Maranhense de Futebol (FMF). Hoje é o presidente aclamado e vai ficar até 2014 à frente da entidade, completando o período iniciado por Alberto Ferreira (afastado pela Justiça Comum). O novo presidente concedeu entrevista ao **SuperEsportes** e apresentou suas metas, além de novidades como a mudança na venda antecipada de ingressos de meia-entrada.

Na primeira rodada do Campeonato Maranhense, uma portaria do então interventor determinava que os ingressos para estudantes e idosos só ficariam à venda até 24 horas antes de cada partida. A medida pegou muitos de surpresa, e o desconforto gerou indignação. Diante disso, Américo avaliou e garantiu que mudanças a partir de amanhã vão ser processadas. Para o jogo entre Maranhão e Cordino, em São Luís, amanhã, no Estádio Nhozinho Santos, a federação pretende informar ainda hoje a alteração. "Em vez de 24 horas antes, vamos alterar para três horas antes do jogo a venda desses ingressos. A aglomeração é grande nas bilheteria do Nhozinho Santos, e diminuir este tumulto é uma recomendação das autoridades que zelam pela segurança do torcedor", declarou o presidente, que adiantou que a bilheteria específica para meia-entrada será colocada em um local distante das demais.

O objetivo é buscar formas de redistribuir a venda dos ingressos, facilitando o acesso ao torcedor. O que facilitaria este processo seria a venda pela internet, como já é feito em

alguns eventos, mas não há previsão para que a federação implante este sistema. "Não sou fechado a modificações. Mas não sou radical ao ponto de sentir que estou prejudicando alguém e não faça as modificações".

Patrocínio

A federação aguarda o envio do projeto de uma agência de publicidade para iniciar outro processo de captação de recursos. Este projeto está diretamente ligado às negociações com emissoras de TV para transmissão ao vivo de competições oficiais. "Conversamos com três emissoras de televisão, que demonstraram interesse na transmissão, mas vai depender do patrocínio que eles conseguirem, pois a federação e os clubes não têm condições".

Tanto os patrocínios, quanto estes outros caminhos para viabilizar a competição, dificilmente serão colocados no Campeonato Maranhense. Pelo andar das negociações, a probabilidade é que os times sejam agraciados com estes patrocínios a partir da Copa União, que deve ter outro nome. "A negociação está no início. É uma grande empresa nacional, que tem subsidiário nacional, mas não tem nada certo. Vamos aguardar o desenrolar dos fatos".

Acessos

Outra novidade este ano é quanto à Série C estadual. Cerca de 200 clubes amadores devem jogar o Copão, que vai ser subdividido em seis regiões. Os quatro melhores desta competição amadora serão convidados pela federação a entrarem no profissionalismo por meio da Série B.

O problema é a estrutura precária que estes clubes podem apresen-



ANTÔNIO AMÉRICO,
presidente
da FMF

Conversamos com três emissoras de televisão, que demonstraram interesse na transmissão, mas vai depender do patrocínio que eles conseguirem, pois a federação e os clubes não têm condições





Entre as tarefas de Américo como novo presidente da Federação, estará a administração um déficit de aproximadamente R\$ 1,5 mi

tar em uma competição profissional, com uma demanda bem maior de investimentos e de grande complexidade. O incentivo financeiro necessário e outros aspectos ainda serão avaliados pela federação.

Enquanto isso, na Série B, a expectativa é de que pela primeira vez, desde que foi criada, a Série B do Maranhão seja um campeonato com mais de quatro times e bem organizado. A FMF confirmou oito clubes aptos a participar da disputa e mais quatro com possibilidades reais. O diretor de competições, Evandro Marques, havia dito que a tendência é promover uma Série B com dez times este ano.

Números

Américo revelou que recebeu a federa-

180

mil reais a FMF já
recebeu da CBF

ção atolada em dívidas. Cerca de R\$ 1,5 milhão mesmo após algumas negociações. A maioria é de dívidas fiscais e o pagamento será feito de forma parcelada, contando com parcelamentos. Ao todo, são nove ações de execução fiscal na Justiça Federal. Um débito de mais de R\$ 6 mil com a empresa que presta serviço de telefonia fixa. "Fizemos uma ampla negociação e conseguimos reduzir 90% desta dívida, então pagamos pouco mais de R\$ 700,

quitando toda a dívida, e agora vamos solicitar mais uma linha, pois só uma não suporta a demanda".

Em contrapartida da dívida milionária, a entidade recebeu entre R\$ 40 e R\$ 50 mil da CBF nos últimos quatro meses, somando R\$ 180 mil ao todo. Não sabe quanto vai chegar agora em janeiro. As informações que tem dão conta de que a entidade deve receber R\$ 30 mil nos próximos meses.

Batalhas

Na Justiça Comum, antes mesmo de assumir como presidente, Américo já enfrenta alguns filiados. Discordantes da Assembleia Geral que aprovou a reforma estatutária, Moto e Maranhão entraram em conjunto contra a federação. Mesmo com estes conflitos, não se sente incomodado, pois garante que, por ser advogado, entende bem de direito e sabe que todas as ações até o momento estão dentro da legalidade. Seus argumentos, no entanto, não convenceram dirigentes dos dois clubes, que ingressaram na Justiça, e ontem a 5ª Vara Cível determinou que a entidade explique-se em um prazo de 15 dias sobre o que foi apontado pelos clubes. "Sei que o que fiz está dentro da legalidade. Não vou levar esses pedidos em consideração, pois os clubes poderiam perder a filiação da CBF por ingressarem na Justiça Comum. Porém, não vou tomar esta atitude, pois estaria prestando um desserviço ao futebol maranhense".

Ainda na defesa pelo descontentamento de alguns filiados, Américo traçou um paralelo entre sua administração e a de Alberto Ferreira e disse: "fiz em três meses mais do que fizeram em 30 anos", referindo-se basicamente à reforma na sede da entidade, ações motivacionais para torcedores, entre outras atividades.

Entre Sampaio e Santa Quitéria

Questionado sobre o palpite para o Campeonato Maranhense, o presidente, que é torcedor do Sampaio, disse que aposta em um duelo entre Sampaio e Santa Quitéria pelo título, justamente os dois que vão disputar a Copa do Brasil. Citou ainda o Maranhão Atlético, mas considerou o MAC ainda longe de brigar com as duas equipes. Sobre o São José, acredita que durante a competição possa ganhar mais força. Inicialmente, não falou sobre o Moto. Perguntado sobre o clube, o dirigente avaliou como mais complicada a situação do Rubro-Negro. "O Moto Club está em maior dificuldade, precisa resolver logo sua diretoria. Diretoria tampão não é bom resultado. Precisa reunir o Conselho Deliberativo e eleger uma diretoria definitiva. Esta precariedade dessa diretoria causa insegurança de quem está lá. No que depender de ajuda da federação, estamos aqui para ajudar", concluiu Américo.

METAS PARA 2012

Gestão

"Nós não podemos ter em vista apenas uma mudança de postura na federação, é preciso que os clubes também mudem. Eles têm que profissionalizar suas administrações para conseguirem grandes times de futebol e atrações para que o torcedor volte ao estádio com maior frequência".

Calendário

"Este ano teremos inúmeras competições, das quais destaco o Campeonato Maranhense, a Copa União, que terá outra denominação, a Taça Cidade de São Luís, em homenagem aos 400 anos de São Luís e o campeonato sub-18, que vai determinar um time para a Copa São Paulo da categoria, pois a outra vaga será do JV Litoral, pois foi injustificado no ano passado".

Série C estadual

"Teremos também o Copão do Maranhão. Nós dividiremos o estado em seis grandes regiões, e os clubes destas regiões disputaram durante o ano um campeonato, que pretendo colocar nele o status de Campeonato Maranhense Série C, e os quatro primeiros colocados vão para a Série B do Maranhense".

Patrocínio

"Elaboramos um projeto para financiamento dos clubes. A federação está gastando em torno de R\$25 mil e não se beneficiará de absolutamente nada. É um projeto que destina recursos para os clubes, exclusivamente. O projeto está pronto e já passei para alguns empresários e vou passar para outros".

Copa Nordeste

"Outra meta, esta mais próxima é a luta para inserir o Maranhão na Copa Nordeste. Vamos a CBF, sabemos que não é fácil. Vamos visitar os estados do Nordeste para reivindicar a inclusão do Maranhão".

Reformas

"Falta muita coisa a ser reformada na federação: os banheiros, a Ceaf, o TJD, o auditório. Vamos buscar recursos junto a CBF. Fui convocado para uma reunião no dia 1º de fevereiro e estarei presente como presidente eleito. Vamos para esta reunião na CBF com intuito de defender com garra e responsabilidade a posição do Maranhão no cenário brasileiro".

 COROATÁ

MENINA DE DEZ ANOS
ESTÁ GRÁVIDA APÓS SER
ABUSADA PELO PRÓPRIO PAI

URBANO 5

Menina grávida do próprio pai

DA REDAÇÃO

Na tarde da última segunda-feira, investigadores da Polícia Civil, comandados pela delegada Maria de Jesus, titular da Regional de Rosário, prenderam, na cidade de Primeira Cruz, o curandeiro Adonias Barbosa dos Santos, de 45 anos, acusado de abusar de uma filha menor desde quando ela tinha apenas 11 anos.

Conta a delegada Maria de Jesus que os abusos contra a menina começaram quando a mãe veio para São Luís para dar à luz a segunda filha, tendo a criança ficado na companhia do pai que a dopava para abusá-la sexualmente.

Quando tomou conhecimento do fato, a mãe trouxe os filhos para São Luís e passou a ser assediada e ameaçada pelo acusado.

Adonias Barbosa foi denunciado na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). O acusado foi levado para a DPCA para que seja apresentado ao juiz da Vara da Criança e do Adolescente e encaminhado para o Centro de Triagem do Presídio Estadual.

Outro crime

Em Coroatá, Antônio Lisboa Filho, de 28 anos, mantinha relação sexual com a filha de 10 anos. O suspeito fugiu com a mulher e agora é procurado pela justiça. Segundo a própria menina, o pai a abusava desde os 8 anos de idade. A família morava na Vila Vavá. O crime foi descoberto quando a menina passou por problemas de saúde e, ao ser levada ao médico, descobriu-se a gravidez.

A menina, que chorou muito depois de ter-se livrado dos abusos, está sob a guarda do Conselho Tutelar. Segundo a polícia, informações passadas por denúncias anônimas podem levar à prisão do suspeito a qualquer momento. Ele responderá pelo abuso cometido. A mãe da garotinha também deve responder por ter ficado em silêncio ao invés de denunciar o caso, se for provado que ela tinha conhecimento do crime. A menina de apenas 10 anos está vivendo em uma Casa Abrigo, no centro de Coroatá. Segundo o psicólogo que a acompanha, a garota continua assustada e ainda não consegue entender que logo terá um

filho do próprio pai. O psicólogo Anderson Lima disse ainda que uma equipe médica tem realizado o pré-natal com regularidade necessária, e que a menina reage bem à gestação de 4 meses. O pai, Antônio Lisboa Filho, e a mãe da menina abusada desde os oito anos de idade fugiram juntos, deixando mais dois filhos. Segundo a polícia, o casal pretendia consentir os filhos como suspeitos, mas isso foi logo desmascarado.

Desde o início, pensou-se que Raimunda Alves, a mãe da menina, sabia de tudo o que acontecia com ela, uma vez que isso tenha ocasionado na fuga com o marido. Mas, recentemente, a polícia descobriu que ela tinha ciúmes do marido, foi o que confirmou sua mãe Maria Francisca da Silva. "Ela era apaixonada por ele. Falava até em matar a menina (a própria filha), o que tudo indica que ela sabia dos abusos do marido, mas isso ela não me confirmou, pelo contrário, negou tudo", disse. Segundo a polícia, o casal já teve a prisão decretada, mas ainda não foram localizados. Ambos responderão pelos crimes cometidos contra a filha.



Ela era apaixonada por ele. Falava até em matar a menina (a própria filha), o que tudo indica que ela sabia dos abusos do marido, mas isso ela não me confirmou, pelo contrário, negou tudo

Maria Francisca da Silva,
avó da vítima

10

anos é a idade da menina abusada pelo pai. A garota está grávida de 4 meses

Corregedor-geral designa substitutos para Serventias Extrajudiciais

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, já assinou as Portarias que suspendem as atividades dos notários Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Silva Filho nas Serventias Extrajudiciais pelas quais respondiam interinamente. Foram designados pelo corregedor-geral outros substitutos, que não têm parentesco com os tabeliães anteriores.

Os notários Alice Brito e Luiz França Belchior Filho continuam respondendo pelas Serventias Extrajudiciais das quais são titulares, Anajatuba e Maranhãozinho, respectivamente.

De acordo com a Portaria nº 153/2012, da CGJ, José Maria Pinheiro Meireles, substituto do 2º Tabelionato de Notas de São Luís, ficará respondendo pelo 3º Ofício de Notas da Capital, no qual Luiz de França Belchior Filho respondia interinamente.

Já no 2º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar, onde respondia Alice Brito, ficará a escrevente Francinalva da Silva Farias, segundo designa a Portaria nº 155/2012. E no 1º Ofício Extrajudicial de Barreirinhas, onde Alice Brito também respondia interinamente, responderá o substituto Fábio Costa Rodrigues, como determina a Portaria



Alice Brito foi afastada da Serventia durante investigações sobre suposta trama para matar juíza

nº 152/2012.

"Fomos bastante criteriosos para definir os substitutos dos dois notários para essas Serven-

tias Extrajudiciais. A inexistência de parentesco foi uma das principais exigências, que foi comprovada pelos que estão as-

sumindo essas três Serventias", destacou o corregedor-geral, Cleones Cunha.

O corregedor deixou claro, ainda, que a remuneração dos notários interinos será limitada, como determina a lei. Nas Portarias 152, 153 e 155 de 2012, o desembargador Cleones Cunha fixou a remuneração dos interinos em 90,25% do salário mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que é, aproximadamente, R\$ 26,7 mil. Além disso, está determinado que o saldo entre as receitas e as despesas deverá ser recolhido para o Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj).

Ficou definido, ainda, que os notários Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Filho devem apresentar à Corregedoria Geral da Justiça, em um prazo de 30 dias, a prestação de contas referente ao período em que responderam pelas três Serventias Extrajudiciais em questão.

A decisão do corregedor-geral, Cleones Cunha, em substituir os tabeliães foi respaldada pelos desembargadores maranhenses na Sessão Plenária Administrativa do dia 18 de janeiro. A decisão integra, ainda, o Processo Administrativo nº 1951/2012, que está apurando a situação funcional dos dois tabeliães.

G. FERREIRA/ARQUIVO

**INDENIZAÇÕES IRREAIS REVOLTAM
AINDA MAIS MORADORES DO
VINHAIS VELHO
PÁGINA 5**

Indenizações irrealistas revoltam ainda mais moradores do Vinhais Velho

NUBIA LIMA
Especial para o JP

Os moradores do bairro Vinhais Velho recusaram as propostas de indenizações oferecidas pelo governo do estado, que quer construir a chamada Via Expressa na área ocupada há quase oito décadas pelos moradores mais antigos. Segundo o advogado responsável pelas ações dos ameaçados de despejo, Frederick Marx, as indenizações propostas pelo governo/Caixa Econômica Federal não correspondem ao real valor dos imóveis, que estão em área considerada patrimônio histórico de São Luís. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão (Crea-MA), realizou uma avaliação paralela dos imóveis e constatou significativas defasagens em relação às feitas pela Caixa Econômica Federal (CEF). "O valor apresentado pelo Estado foi recusado por não considerar que se trata de uma área marinha, que envolve muitos manguezais, além do valor sentimental e histórico do local", disse o advogado dos moradores.

A história de vida de Olegário Batista Ribeiro, de 77 anos, se mistura com a existência do Vinhais Velho, um dos bairros mais antigos de São Luís. Ele nasceu no bairro e quer morrer ali. A lembrança da infância, o nascimento de filhos e netos de Olegário estão ligados ao local, assim como os registros históricos dos primeiros moradores, os povos indígenas, durante o período colonial.

Fundado em 20 de outubro de 1612, 42 dias após a criação de São Luís, o Vinhais Velho faz 400 anos na contramão de qualquer comemoração, mas em meio a muita luta para garantir a preservação da área.

"Eles querem destruir esse paraíso. Não tem dinheiro que faça eu sair daqui. Nem imagino como vai ser se eu tiver de ir embora, não sei o que pode acontecer comigo", afirmou, emocionado, ao Jornal Pequeno, seu Olegário Ribeiro.

Sete casas do bairro estão no eixo onde passará a Via Expressa. Destas, seis pertencem à família de Olegário. Somente na casa do aposentado, estão abrigadas nove pessoas.

Ele contou que a avaliação que a CEF fez de sua casa, no ano passado, foi de R\$ 29 mil. Foi considerada apenas a área construída, desconsiderando-se a área total do terreno de 35 metros de comprimento por 36 metros de fundo, onde há árvores frutíferas, flora nativa, um poço e até um açude.

"Já o Crea avaliou a casa do Olegário em R\$ 283 mil e o terreno em R\$ 1 milhão", contou Aldemir Batista Ribeiro de Assunção, de 61 anos, sobrinho e vizinho do seu Olegário, que também corre o risco de perder sua moradia.

Aldemir, igualmente, teve a casa avaliada bem abaixo do valor real. A CEF avaliou em R\$ 41 mil, mas com a nova averiguação técnica do Crea subiu para R\$ 284 mil.

Apesar das cifras, o mais importante para os moradores é o valor sentimental do lugar em que vivem. "Nós não queremos sair daqui por dinheiro nenhum. Queremos é ficar", declarou Aldemir Assunção.

O anúncio de desapropriação dos imóveis foi feito em setembro de 2011, quando as obras da Via Expressa já haviam sido iniciadas. A falta de informações do poder público e o modo pelo qual foram comunicados causou revolta aos moradores.

Eles só ficaram sabendo que deveriam deixar suas casas com a visita da equipe técnica da



ALESSANDRO SILVA

Olegário Batista Ribeiro, 77 anos, é o morador mais antigo do Vinhais Velho

Caixa Econômica Federal.

Resistência – Desde o fim do ano passado, as famílias atingidas realizaram várias manifestações, a fim de agregar a sociedade ludovicense à sua luta pelo direito de permanecerem no local. Um "Almoço da Resistência" foi feito no dia 18 deste mês.

Uma das vitórias dessas ações de resistência foi a garantia, por parte do governo do estado, da preservação da Igreja São João Batista, um símbolo do bairro. A Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), cujo titular é o ex-deputado estadual Max Barros, informou, há alguns dias, que o patrimônio não será derrubado.

Apesar desse gesto, a unanimidade dos moradores ainda manifesta indignação diante do procedimento do governo do estado. "Quando a área para construção da Via Expressa foi mapeada, eles [o governo] fizeram isso de helicóptero. Nem tiveram a preocupação de vir até aqui no Vinhais Velho, conhecer nossa realidade e ouvir nossa voz. Achamos uma falta de respeito, até mesmo da própria governadora Roseana, que nunca esteve presente nas reuniões que fizemos para discutir o assunto", desabafou o morador e empresário José João Soares da Silva.

Conhecido como "JJ", ele mora há 30 anos na área, e vê seu negócio, de criação de aves, ser prejudicado, por estar localizado onde passará uma das "alças" da Via Expressa. Com a ameaça da construção da via, "JJ" teme perder, além de seu negócio, a casa onde mora.

"Aqui é parte da história da nossa cidade, que vai se perder. Nós não somos contra o progresso, mas a forma como ele está sendo imposto", disse o comerciante, que cederá sua casa, localizada perto do largo da Igreja, para uma nova reunião em defesa do Vinhais Velho, hoje (25), às 19h.

"Esperamos contar com a presença de todos, uma vez que a situação tende a se agravar com a chegada de novas intimações judiciais, o que torna iminente o despejo dos moradores, para dar passagem à grande avenida. É o 'presente' de Roseana Sarney no nosso quarto centenário", afirmou Ricarte Almeida Santos, do Comitê Amigos do Vinhais Velho.

Família Ribeiro terá 45 integrantes atingidos pela Via Expressa

ANTONIA DA SILVA MOTA*

As referências a Vinhais Velho remontam o período dos franceses. O padre Claude d'Abeville relatou que em 1612 visitou a aldeia de Uçaguaba, a segunda em população na ilha de Upaon Açu. Depois a povoação tornou-se uma Missão Jesuítica, a primeira do Norte do Brasil, em que se iniciou a produção de gêneros alimentícios para abastecer São Luís. Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1755, a aldeia de Uçaguaba tornou-se Vila, com Casa de Cadeia e Câmara, juízes e vereadores, sendo concedidas as terras à comunidade que ali vivia. No século 19, foi anexada ao município de São Luís.

Durante todo este período as ameaças às terras dos índios foram uma constante, como atestam documentos históricos.

Hoje ainda resiste na área, sob grave ameaça de despejo pela Via Expressa, a família Ribeiro.

Em conversa com os irmãos Olegário e dona Babá – os moradores mais antigos, consegui contabilizar o número de pessoas de sua família que vive nas casas sob ameaça. São as seguintes:

* Quatro idosos: seu Olegário Batista Ribeiro e sua esposa Janete Burgos; Dona Ubaldina Ribeiro (Babá); Dona Maria Vitória – irmãos, que beiram os oitenta anos, que nasceram na vila, assim como seus ancestrais;

* Dezesseis filhos adultos da família Ribeiro, entre trinta e quarenta anos: Jair, Jurandir, Jailson, Jairo, Odinéia, Odiléia; Ademir, Adelson, Adailton, Almir, Arlin-

do, Ana Luíza; Altamira, Marco Aurélio e Solange, e outro, filho de Dona Maria Vitória, que não sabiam o nome.

* 23 netos e dois bisnetos

Ao todo, serão atingidas 45 pessoas da família Ribeiro.

Descobri no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, um requerimento feito em 1790, de um ancestral dessa família, que reproduzo abaixo, comprovando que se trata de uma comunidade de origem indígena e tradicional, pois vêm reproduzindo, ao longo dos séculos, suas estratégias de sobrevivência, valores, religiosidade etc.

Do presente Vigário da Villa de S. João de Vinhais.

A todos que a presente certidão virem que he verdade ter o suplicante Manoel Ribeiro cinco filhos, e ser lavrador em terras suas próprias e ser bem procedido, temente o cabido da Igreja e lhe terem estas tirado da sua companhia, em grave detrimento de sua casa, para trabalharem no serviço da roça do Sargento-Mor Antônio José de Brito; não obstante ter servido o dito na Câmara da dita Villa, e por ser todo o referido verdade o juro aos Santos Evangelhos, Villa de São João Batista de Vinhais, aos vinte e três de junho de 1790.

Pe. Timotheo de Santa Rita e Serra

(Referência: Portugal. Arquivo Histórico Ultramarino. Manuscritos avulsos relativos ao Maranhão. Cx. 68, D.5933.)

(*) Professora Doutora do Departamento de História Universidade Federal do Maranhão (Ufma)

❖❖ Uma entidade representativa dos desembargadores do país vai pedir ao Ministério Público Federal a adoção de medidas para restringir a atuação do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão fiscalizador do Ministério da Fazenda.

❖❖ O requerimento configura uma reação dos magistrados à parceria estabelecida entre o Coaf e a corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

❖❖ O Coaf produziu, a pedido do conselho, um levantamento que apontou movimentações financeiras atípicas de **magistrados e servidores do Judiciário que somaram R\$ 855 milhões entre 2000 e 2010.**

■ Polêmica no CNJ

Vencedor de uma licitação que está sob investigação, um produto da empresa de informática Oracle recebeu divulgação do secretário-geral do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Fernando Florido Marcondes, em encontro dos tribunais do país, antes da conclusão da concorrência.

Trata-se de um software para criar o cadastro nacional unificado de processos judiciais do CNJ.

Durante discurso feito no Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Porto Alegre, em novembro, Marcondes disse que o produto da Oracle havia motivado o CNJ a criar seu sistema.

Novo presidente promete resgatar a credibilidade da FMF e do futebol

No seu rápido discurso, logo após ser aclamado de pé por todos os presentes, Antônio Américo agradeceu o apoio e a confiança dispensada, enfatizando que resgatar a credibilidade do futebol será sua maior tarefa. "Proponho fazer uma administração de paz e união, dentro de toda legalidade. Estamos todos entrando na história do futebol maranhense, virando uma página negra no nosso futebol para voltar a figurar no cenário nacional", disse o novo presidente.

Ele prometeu lutar para conciliar as divergências, até chamar Sarney Neto para uma conversa amigável. "O futebol maranhense está cansado disso. Estamos abertos à diálogos e discussões. Hoje, todas as ofensas serão esquecidas, pois temos a consciência que agimos dentro da legalidade. Vamos trabalhar e perdoar aqueles que estão chateados. Estou aberto a negociações, assim sendo, não terei nenhum problema em sentar para debater, inclusive, com o representante do Moto Club, que estava no seu direito como cidadão, mas nenhuma ação judicial vai manchar a nossa eleição, foi tudo feito com transparência", frisou.

Além desse trabalho de conciliação



Antônio Américo prometeu seriedade e transparência

com os chateados, Antônio Américo afirmou que vai passar agora a trabalhar num patrocínio para o Campeonato Maranhense e tentar colocar um clube do Maranhão na Copa Nordeste. Apesar do pleito, a eleição ainda poderá ser anulada, caso o pedido do Moto seja atendido pela 5ª Vara Cível. A diretoria do Papão pediu a anulação da Assembleia Geral, realizada no dia 13 de janeiro, onde foi aprovado o novo estatuto da FMF.

Enquanto todos foram comemorar a eleição de Antônio Américo num restaurante da cidade, Sarney Neto ainda ficou

até por volta das 20 horas na FMF aguardando uma liminar, que acabou não chegando. "Não sou contra a elaboração do estatuto ou contra Antônio Américo que é um advogado íntegro, mas não deram direito de ler um estatuto que será permanente. Tá ilegal, foi feito as escuras, armaram um circo para acertarem do jeito que eles combinaram, não vou aceitar. Antônio Américo foi convocado pela justiça para ser interventor e não ser candidato para se perpetuar no poder. "Espero que o posicionamento da justiça seja anulando todos os atos do dia 13 para cá", finalizou.

ABRAÇO DO DIA

O nosso abraço desta quarta-feira vai para o oficial de justiça Daniel Mendes de Moraes Silva, eleito para ser o novo chefe da Central de Mandados de São Luís. A sessão aconteceu no auditório do anexo, no Calhau, e serviu, também, para debater algumas questões referentes ao atual sistema de trabalho.

“A autonomia administrativa conquistada pela Defensoria teve vários desdobramentos na melhoria da estrutura dos nossos serviços, no planejamento das atividades, na interiorização das ações e na implantação de novos núcleos de atendimento ao público. Todo esse avanço foi possível a partir dessa autonomia e o desembargador Guerreiro Júnior foi o pai da criança”, disse o defensor público-geral do Estado, Aldy Mello Araújo, sobre a autonomia da DPE-MA

Governador em exercício visita presidente do TJMA e se encontra com sindicalistas

Uma visita ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), Antonio Guerreiro Júnior, e encontros com categorias sindicais do estado foram os principais compromissos do governador em exercício Washington Luiz Oliveira, na tarde/noite desta terça-feira (24).

O primeiro encontro aconteceu na sede do TJ/MA (Praça Pedro II), onde o governador Washington Oliveira foi recebido pelo presidente, acompanhado da secretária de Direitos Humanos, Luisa Oliveira, e do gerente do Procon/Maranhão, Felipe Camarão.

“Vim cumprimentar o amigo, desembargador e presidente do TJ, Guerreiro Júnior, e conversamos sobre algumas questões de ordem social. A relação entre os poderes são harmoniosas e essa sintonia é muito boa para o Maranhão”, disse Washington Luiz.

O presidente do TJ agradeceu a visita de cortesia do governador em exercício e destacou a amizade de ambos. “Sempre tive uma relação amistosa com Washington Oliveira, uma parceria que só faz somar para a população”, destacou Guerreiro Júnior.

Sindicatos - Nas duas últimas audiências, no Palácio dos Leões, Washington Luiz conversou sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração com representantes do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (Sintsep) e da

Federação dos Trabalhadores na Administração do Serviço Público Municipal do Estado do Maranhão.

No primeiro encontro, que contou com a presença do secretário-adjunto do Planejamento, Orçamento e Gestão, Antônio José Chatack, e integrantes de oito entidades, incluindo Central Unica dos Trabalhadores (CUT/MA), o principal assunto foi a implantação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, que será implantando pela governadora Roseana Sarney.

O presidente do Sintsep, Cleinaldo Lopes, afirmou que os sindicalistas solicitaram que o Plano seja implantado o mais rápido possível. “Contamos com o apoio do governador Washington Luiz”, lembrou.

Para a vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Administração do Serviço Público dos Municípios, Teresa Cristina Oliveira, a reunião foi mais uma aproximação da classe sindical dos municípios com o governo do Estado. “Vimos conhecer os projetos do estado para os trabalhadores”, resumiu.

O governador Washington Oliveira destacou a importância do diálogo com os sindicalistas. “É uma satisfação receber os dirigentes sindicais quando da discussão de assuntos relevantes para o estado, ou seja, buscando uma melhoria na qualidade no serviço público”, declarou.